

ÍTEGRA

# 'A data de 7 de setembro é uma data do povo'

Dida Sampaio/AE

Esta é a íntegra do pronunciamento do presidente Fernando Henrique Cardoso sobre o Dia da Independência:

"Senhor ministro Sepúlveda Pertence, do Supremo Tribunal Federal, governador do Distrito Federal, senhor Cristóvam Buarque, senhores ministros, senhores representantes dos vários segmentos da sociedade brasileira.

Hoje, 7 de setembro, é a nossa maior data. É uma data na qual o nosso povo comemora, desde há 173 anos, a nossa história de luta pela liberdade. A luta pelo fim da escravidão, antiga, a luta por eleições livres e limpas, a luta por uma Constituição que assegure os direitos, a luta pelo direito do trabalhador, a luta contra o totalitarismo, tanto na Europa como no Brasil, a luta contra o autoritarismo, a luta pela restauração da democracia. Esta luta pela liberdade, esta luta que se confunde com a democracia, é uma luta incessante, uma luta cotidiana, e nós conseguimos vitórias importantes.

Nós estamos no Brasil construindo uma democracia verdadeira. As palavras do Milton (Milton Nascimento, cantor), dizendo por que e como ele explica lá fora os sentimentos que ele tem de amor ao Brasil, são o exemplo disso. São o exemplo de que nós estamos aqui pouco a pouco, conseguindo o que é importante, conseguindo não só que existam instituições livres e democráticas, mas conseguindo de todo o povo, dos adultos, das crianças, dos mais idosos, o sentimento de carinho, e de amor, uns pelos outros e pelo País. E hoje há uma vontade imensa de participação.

Hoje, nós estamos nos organizando, nós, o País todo, para que nós defendamos a natureza, para que nós defendamos o direito do consumidor, para continuar lutando contra a corrupção, para defender os direitos do homem, da mulher, e todas as formas em que esta luta pela liberdade possa assumir um caráter de ampliação daqueles que por ela lutem, de participação mais ampla. Luta em defesa também da igualdade, que as diferenças de sexo e gênero não sejam impeditivas da realização dos potenciais da pessoa humana, a luta para o respeito nas diversas fases da vida, da criança até o mais idoso, a luta para que os portadores de deficiências físicas sejam tratados condignamente, para que tenham direito ao respeito, a luta contra a discriminação do índio, do negro, mormente agora que nós estamos neste ano também para comemorar os 300 anos de Zumbi, nós temos de afirmar, com muito orgulho mesmo, a nossa condição de uma sociedade plurirracial, e que tem muita satisfação de poder desfrutar deste privilégio de ter entre nós raças distintas, e de termos também condições culturais distintas, e esta diversidade que faz no mundo de hoje realmente a riqueza de um País.

E agora, que nós estamos nos aproximando do século 21, esta luta pela liberdade e pela democracia tem um nome específico: chama-se direitos humanos. Este é o novo nome da luta pela liberdade e pela democracia. E nesta data simbólica do Brasil, nós estamos assistindo também esta vontade do nosso povo de não apenas falar de direitos humanos, mas de garantir a sua proteção. E cada um tem de fazer a sua parte. O governo, não só por um compromisso pessoal do presidente da República, mas no seu conjunto de governo, já assumiu este caminho.

O Ministério do Trabalho está engajado numa luta sem trégua contra o que se chama de trabalho forçado. Ainda ontem tivemos uma solenidade à qual não só o Milton, mas o Gil (Gilberto Gil, cantor), os presidentes das grandes federações e confederações de trabalhadores vieram se somar a esta mesma palavra que o ministro do Trabalho levou adiante com esta campanha. Nós não podemos agora, no começo do limiar do século 21, tolerar formas de exploração do trabalho desumanas, trabalho infantil, trabalho forçado, que é denominado muitas vezes até de trabalho esca-



Fernando Henrique desfila pelas ruas de Brasília: "Podemos dizer com tranquilidade que o País somos nós e este é um grande país"

vo. O governo está atento a isto e trabalhando, numa luta sem tréguas, contra este tipo de degradação do ser humano.

Nós lançamos um programa que vai permitir o atendimento, dentro das condições do Brasil, de um salário mínimo a todos os idosos de mais de 70 anos que não tenham condições de sobrevivência por conta própria, e aos portadores de deficiências físicas. Serão centenas de milhares de pessoas, talvez milhões, não sei, mas é a responsabilidade da sociedade, e o governo neste momento apenas faz aquilo que a sociedade deseja neste sentido.

O Ministério da Justiça está empenhado também em combater a prostituição infantil, e a promover o ensino dos direitos humanos às forças policiais. Ou seja, nós do Executivo temos uma atitude condizente com o que espera o Brasil de nós, sobretudo os mais moços e as crianças. Mas nem tudo depende do Executivo. Nós contamos também com a ação do Legislativo. E o Legislativo tem responsabilidades enormes nesta matéria.

Até hoje não foi tipificado o crime de tortura, que é uma exigência constitucional, e nós vamos precisar marchar nesta direção. É preciso aprovar o projeto de 1994 de reformulação do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, para que ele possa ter responsabilidades mais efetivas.

Há muitos anos eu participei, como representante da oposição então, do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, e num dado momento renunciei, porque percebi que não adiantava, porque nós não tínhamos os instrumentos. Nós sabíamos quem eram os criminosos, quem matava muitas vezes neste interior do Brasil violentamente, por causa da terra, ou por causa de banditismo de todo o tipo. E nós não tínhamos a eficiência necessária para poder combater e punir os responsáveis.

Também no Legislativo existe um projeto, agora deste ano, de proteção às testemunhas nas investigações criminais, porque não havendo proteção à testemunha, ela muitas vezes se sente inibida e

não tem condições de efetivamente dizer o que sabe e assim não permite que a sociedade, através da Justiça, possa cumprir seus objetivos de restaurar, muitas vezes a dignidade pública, outras vezes coibir relações de direitos da pessoa. E o Judiciário também terá o momento de dar a sua cooperação a este espírito do Brasil, de um Brasil que quer realmente passar a limpo, virar, como eu disse recentemente ao falar dos desaparecidos, uma página da história.

Eu acho que nós temos aí violações graves que não puderam ainda chegar a seu termo. No Carandiru, na Candelária, em Vigário Geral, o jovem desaparecido de Acari, e mais recentemente em Corumbiara, e nós precisamos ter instrumentos que permitam que haja uma punição exemplar. Não pelo sentido de vingança, que não será o rancor nem o ódio que vai reconstruir o Brasil, o amor à pessoa humana, o respeito aos direitos das pessoas humanas, mas com o sentido mesmo de restabelecer condições de convivência.

Muitas vezes é inaceitável saber-se que existe o criminoso e não se ter condições para que ele seja punido, seja o crime de que coloração que tenha sido, seja ele de colarinho branco ou não.

É verdade que muitas vezes não há condições porque a Justiça não dispõe dos instrumentos para tanto, não dispõe da legislação adequada e muitas vezes sequer dos meios materiais para agir mais rapidamente. Em suma, nós precisamos de um compromisso de cada um de nós nesta luta pelos direitos humanos que é hoje, repito, a verdadeira luta pela democracia. Para isto nós precisamos mobilizar a sociedade e chamar a atenção da sociedade para os temas pertinentes.

Por exemplo, agora em setembro, que nós estamos vendo que há uma grande conferência — e as Nações Unidas têm feito várias sobre direitos humanos —, mas neste momento se realiza na China, em Pequim. A Ruth, minha mulher, lá está com a delegação brasileira. É um mês que nós deveríamos dedi-

car à questão da mulher. O mês seguinte, que é o mês de outubro, nós podemos falar sobre a questão da criança. Depois, em novembro, o negro, por causa do dia 20 de novembro, que é do Zumbi, e assim por diante. Não com o objetivo de fazer propaganda, não com o objetivo de dizer o governo está fazendo. Não. Quem está fazendo é o País, quem tem de fazer somos nós todos juntos, com o único objetivo de realmente nós termos cada vez mais condições de ter amor a esta pátria. E podemos dizer, como disse o Milton Nascimento há pouco aqui, que lá fora nós podemos dizer com tranquilidade: há injustiças, sim, mas nós estamos combatendo, nós estamos combatendo com seriedade, com confiança.

Enfim, nós temos todas as condições hoje no Brasil, mais do que condições, é uma exigência nacional no sentido de que juntos, o governo, o Legislativo, o Judiciário, a sociedade, as organizações não-governamentais, enfim, que em conjunto nós possamos realmente fazer aquilo que esperam de nós. E por causa disto, tendo em vista estas necessidades, nós chamamos a atenção para todos estes programas, nós estamos criando agora o prêmio de direitos humanos, que será atribuído no dia 10 de dezembro, que é o aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Isto foi um prêmio possível de organizar porque houve empresários que se dispuseram a contribuir para este prêmio. Nós estamos criando um comitê de julgamento presidido pelo ministro da Justiça, e composto por 11 personalidade que já se dirão quais são, e este prêmio será dado àquela organização não-governamental, àquela pessoa ou aquele setor do Estado que se tenha distinguido na luta pelos direitos humanos.

Eu acho que nós precisamos também fazer o Plano Nacional dos Direitos Humanos, porque na Declaração de Viena, de 1993, o Brasil teve um papel muito ativo na declaração que aí foi aprovada, e chegou a hora de nós mostrarmos na prática e num plano nacional de como é que nós vamos lutar para acabar com a impunidade, como é que nós vamos lutar para realmente fazer com que os direitos humanos sejam respeitados.

E nesta cerimônia simples que estamos realizando aqui nos jardins do Alvorada, depois de uma parada militar, e hoje à tarde nós vamos ter aí na Praça dos Três Poderes uma festa popular, porque a data de 7 de setembro é uma data do povo, do País, nesta cerimônia simples agora nós vamos ter o seu encerramento com a apresentação do Milton Nascimento e do coral Curumim e Rouxinol que aqui está, que vieram nos alegrar, para comemorar o dia 7 de setembro, com esta homenagem que nós prestamos a todos aqueles que precisam de uma posição mais forte, mais firme em defesa dos seus interesses, diminuindo as desigualdades. E nós então temos de fazer neste momento uma reflexão sobre o que nós somos, sobre o que nós queremos. Porque o País somos nós, esta é que é a realidade. O País somos nós, e nós sabemos o que nós queremos. E, por consequência, nós temos este momento agora, eu diria de emoção popular e nacional.

O sentimento de um Brasil que acredita em si, que acredita em seu povo e que cansou da injustiça, que cansou da falta de direitos efetivos, de proteção efetiva às suas minorias, aos que são discriminados. Eu acho que nada melhor no Dia da Pátria, e que nós comemoramos com tanto orgulho, eu diria até ao assistir aquela parada militar bonita, ao ver que nós temos uma tradição que vem de longe em defesa do nosso solo, da nossa soberania, que nós temos tradições das quais nós podemos nos envaidecer, que neste mesmo dia nós estejamos aqui reunidos todos nesta festa simples e simbólica fazendo uma reflexão sobre esta questão dos direitos humanos, e podemos dizer com muita tranquilidade, com muita satisfação: o País somos nós e este é um grande país. Muito obrigado."